



CENTRAL EÓLICA MONTE VERDE I S.A.

CNPJ/ME nº 31.199.583/0001-55

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais)

Balancos Patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)	Balancos Patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)		
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	10	4.513	585
Concessionárias	11	4.671	7.385
Impostos a compensar	12	3.491	1.607
Cauções e depósitos vinculados	14	2.312	-
Adiantamento a fornecedores	15	55	30
Despesas antecipadas	16	140	88
		15.182	9.695
Não circulante			
Partes relacionadas	13	977	-
Cauções e depósitos vinculados	14	10.709	1.806
Despesas antecipadas	16	5	12
Imobilizado	17	312.524	323.569
		324.215	325.387
Total do ativo		339.397	335.082

Balancos Patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)	Balancos Patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)		
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	18	14.059	14.913
Impostos a pagar	12	4.615	2.090
Partes relacionadas	13	4.833	4.770
Empréstimos e financiamentos	19	11.925	484
Outras contas a pagar	20	2.061	293
		37.492	22.550
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	19	201.503	14.638
Adiantamento para futuro aumento de capital	13	-	197.337
Provisões	21	1.321	1.264
Outras contas a pagar	20	3.408	3.523
		206.232	217.063
Total do passivo		243.725	239.613
Patrimônio Líquido	22		
Capital social		80.156	80.156
Reservas de lucro		15.516	15.313
		95.672	95.469
Total do patrimônio líquido		339.397	335.082

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Central Eólica Monte Verde I S.A. ("Companhia" ou "Monte Verde I"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em agosto de 2018, tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, exploração do potencial da Central Eólica Monte Verde I, comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como prática de atos de comércio em geral relacionados a essas atividades. A Companhia tem sede e foro na Avenida Dr. Silvio Bezerra de Melo, nº 428, Sala 06, Cidade Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte. Em 30 de outubro de 2020, a Companhia assinou contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social BNDES no montante de R\$ 212.086, a ser liberado conforme a apresentação da contraprestação da evolução da construção da usina. **1.1 Autorização do Parque Eólico Monte Verde I:** Em 04 de fevereiro de 2019 o Parque Eólico foi autorizado pela ANEEL a explorar a atividade de geração de energia na modalidade de produtor independente por 35 anos, com término da autorização em 03 de fevereiro de 2054. A Companhia, em 20 de dezembro de 2017, vendeu 40,0 MW médio de energia no Leilão de Energia 06/2018, por meio do projeto de geração eólica Monte Verde I, localizado no estado do Rio Grande do Norte, região nordeste do Brasil. O contrato de venda da energia no Ambiente de Contratação Regulado - ACR se deu pelo prazo de 20 anos, com início em janeiro de 2024, ao preço de R\$87,00/MWh. Conforme despacho ANEEL nº 22 o Parque Eólico Monte Verde I iniciou sua operação comercial em 06 de janeiro de 2023.

Central eólica MV I	
Usinas	EOL Monte Verde I
Modalidade	Produtor Independente
Outorga	Autorização
Estado	RN
Capacidade instalada (MW)	67,20
Energia assegurada (Mm)	44,70
Data do início da operação	2019

1.2 Capital circulante líquido negativo: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo R\$ 22.311 (R\$12.855 em 31 de dezembro de 2023). O equacionamento do capital de giro no exercício de 2025 será alcançado da seguinte forma (i) aportes de capital da sua controladora (ii) recebimentos dos fluxos de caixa pelas vendas de energia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO
2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (*IFRS® Accounting Standards*)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 30 de maio de 2025. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: (i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e (ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 27 de Instrumentos Financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais pressupostos e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO
A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para a milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

4. JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão contempladas nas seguintes notas explicativas: **Imobilizado:** determinação do valor recuperável de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também poderá incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, são reconhecidas como custo dos parques eólicos e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo de autorizações e registros. Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos pelo valor líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. **d) Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros:** São avaliados ao final de cada exercício quanto à sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. **Ativo não financeiro:** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado, para identificar se houve evidências de perda não recuperável ou se ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso da Companhia, existe uma única UGC. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **e) Demais ativos circulantes e não circulantes:** São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. **f) Fornecedores:** Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais e serviços e de encargos de uso da rede elétrica. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. **g) Provisões para desmantelamento:** São constituídas quando existe uma obrigação legal de reposição ambiental ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica de base eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizadas de forma linear pelo período de vida útil médio esperado desses ativos. Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultado. **h) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente nas datas em que são originados. Adicionalmente, são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. **i) Dividendos e juros sobre capital próprio:** De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de reservas de lucros, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração. **j) Provisões para desmantelamento:** São constituídas quando existe uma obrigação legal de reposição ambiental ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica de base eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizadas de forma linear pelo período de vida útil médio esperado desses ativos. Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultado. **k) Demais passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. **l) Operações de arrendamento (CPC 06 (R2)):** Em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu o IFRS 16 - Leases (IFRS 16), que passou a vigorar a partir de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, em substituição aos seguintes pronunciamentos e interpretações: IAS 17 - Leases; IFRIC 4 - Determining whether an Arrangement contains a Lease. O IFRS 16 introduziu princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores. Dentre as mudanças para arrendatários com contratos de longo prazo e com valores fixos, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento. A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos do parque eólico, por

apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Para esses contratos em que o arrendador tem direito a uma remuneração fixa no período classificado como pré-operacional, a Companhia realizou o registro do montante em dezembro de 2023. **m) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionadas a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes. Os juros e multas relacionados aos impostos de renda e a contribuição social, incluindo tratamento fiscais incertos, são contabilizados de acordo com o CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro e o ICP 22/ IFRIC 23, que não causou impactos relevantes para a Companhia. **n) Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidas como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários. As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas a título de remuneração de capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95 e regulamentação posterior. **Adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC"):** Adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC") representam adiantamentos de recursos recebidos da Controladora e destinados a aporte de capital, que são concedidos em caráter irrevogável. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como patrimônio líquido na Controladora, e o investimento da Controladora. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando a quantidade de ações a serem emitidas não é conhecida. Em contrapartida, os adiantamentos para futuro aumento de capital também são reconhecidos pelo valor justo na controladora, classificados como ativo não circulante. **o) Apuração do resultado:** O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. **p) Receita operacional líquida:** A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou transferência) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. O faturamento de suprimento de energia é efetuado mensalmente, com base nos contratos bilaterais. Eventuais diferenças provenientes da energia faturada em relação à energia despachada são reconhecidas como provisão ou adiantamento e liquidadas subsequentemente no exercício seguinte. **q) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e atualização de tributos a compensar. As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos e ajuste a valor presente. **r) Ativos e passivos financeiros: Classificação, reconhecimento e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido e recebidos ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos ao custo amortizado são ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os passivos financeiros são registrados pelo valor justo no seu reconhecimento inicial, e são remensurados considerando as amortizações de principal mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva. Uma tabela dos ativos e passivos financeiros pode ser encontrada na nota explicativa nº 27. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

6. RISCOS CLIMÁTICOS
Os riscos relacionados ao Clima foram caracterizados como estratégicos para o Grupo EDP - Energias do Brasil. A esse nível é avaliada a forma como as alterações climáticas afetam os negócios da Companhia e suas controladas, considerando as alterações nos padrões do clima (riscos físicos) e transição acelerada para uma economia de baixo carbono (riscos de transição climática). Esses fatores são discutidos periodicamente pela Administração da Companhia. A gestão destes riscos e oportunidades é realizada no âmbito do Plano Estratégico Climático (PEC 23-26) que direciona a atuação da Companhia através dos pilares de adaptação e gestão de riscos, mitigação e descarbonização e transição justa e cultura climática. No pilar de adaptação e gestão de riscos, o foco é o aumento da resiliência da Companhia diante das alterações climáticas, através de uma metodologia de identificação, priorização e tratamento de riscos incorporando conceitos cada vez mais alinhados com a ciência climática e com as diretrizes do TCFD (*Task-force on Climate-related Financial Disclosures*). Por meio de Planos de Adaptação Climática para cada uma das unidades de negócio, a Administração do Grupo EDP - Energias do Brasil planeja e executa ações para resposta às ameaças climáticas, que trazem riscos à sua operação e à sociedade. Para enfrentar as ameaças físicas nas atividades de distribuição, as controladas de distribuição estão constantemente investindo em novos ativos, novas tecnologias, manutenção preventiva, infraestruturas mais resilientes. Para o enfrentamento das ameaças de transição, o constante acompanhamento da agenda regulatória do setor, articulação setorial, constante análise e reavaliação de seus processos operacionais e inovação são estratégias adotadas para mitigação desses riscos. No pilar de mitigação descarbonização, a Companhia contempla iniciativas voltadas à transição energética para uma matriz renovável e à redução de emissões, contemplando metas, compromissos públicos e ações necessárias para o atingimento dos objetivos de redução de emissões em curto, médio e longo prazos. Por fim, no pilar de transição justa e cultura climática, aproxima-se da sociedade presente nas regiões de atuação da Companhia, através de investimentos sociais e ações de comunicação que buscam viabilizar a transição energética de uma forma justa e sem deixar ninguém para trás.

7. REFORMA TRIBUTÁRIA SOBRE CONSUMO
A Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, promoveu significativa alteração no sistema tributário nacional brasileiro no que concerne à tributação sobre o consumo. Dentre as mudanças, destaca-se a extinção do PIS, da COFINS, ICMS, ISS e alteração quanto ao IPI, dando lugar ao IVA Dual (Contribuição Sobre Bens e Serviços "CBS" - Federal e Imposto sobre Bens e Serviços "IBS" - Estadual e Municipal), além do Imposto Seletivo - Federal. Em janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/25, que regulamenta parte da Reforma Tributária, estando em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar nº 108/24, que visa, principalmente, a regulamentação do Comitê Gestor do IBS. A transição para o novo modelo ocorrerá gradualmente entre 2026 e 2032. Durante esse período, os tributos antigos serão progressivamente substituídos pelos novos, portanto, os efeitos da Reforma Tributária sobre o consumo não são verificados nas

Demonstrações de resultados	Demonstrações de resultados		
	Nota	2024	2023
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)			
Receita operacional líquida	23	32.745	54.134
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica	24		
Encargos com uso de rede elétrica		(5.941)	(5.163)
Energia elétrica comprada para revenda		(41)	-
		(5.982)	(5.163)
Custo de operação			
Depreciações e amortizações		(10.618)	(10.612)
Serviços de terceiros e materiais		(5.886)	(7.604)
Outros custos de operação		(89)	(1.407)
		(17.397)	(19.623)
		(23.379)	(24.786)
Lucro bruto		9.366	29.348
Despesas operacionais	24		
Despesas gerais e administrativas		(35)	(312)
Outras despesas e receitas		(60)	(11)
		(95)	(323)

Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos
Resultado financeiro
Receitas financeiras
Despesas financeiras

Resultado antes dos tributos sobre o lucro
Tributos sobre o lucro
Correntes

Resultado líquido do exercício
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Demonstrações dos resultados abrangentes	Demonstrações dos resultados abrangentes	
	31/12/2024	31/12/2023
Resultado líquido do exercício	267	25.273
Resultado abrangente do exercício	267	25.273

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Demonstrações das mutações do patrimônio líquido				
	Capital social	Reserva legal	Reserva retenção	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	58.947	-	-	(5.190)	53.757
Aumento do capital social	21.209	-	-	-	21.209
Constituição de reserva legal	-	1.004	-	(1.004)	-
Reserva de retenção de lucro	-	-	14.309	(14.309)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(4.770)	(4.770)
Resultado do exercício	-	-	-	25.273	25.273
Saldos em 31 de dezembro de 2023	80.156	1.004	14.309	-	95.469
Aumento do capital social	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	13	-	(13)	-
Reserva de retenção de lucro	-	-	190	(190)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(64)	(64)
Resultado do exercício	-	-	-	267	267
Saldos em 31 de dezembro de 2024	80.156	1.017	14.499	-	95.672

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	Demonstrações dos Fluxos de Caixa	
	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	4.351	27.013
Depreciações e amortizações	10.618	10.612
Encargos de dívidas sobre empréstimos	10.926	1.455
Baixa de imobilizado	-	355
Juros provisão desmantelamento	150	118
Ajuste a valor presente de arrendamentos - IFRS 16	10	474
Ajuste contrato suprimento de energia pela energia gerada (nota 11 e 18)	7.252	-
	34.062	39.672

Variações em:
Concessionárias (6.635) (7.385)
Adiantamento a fornecedores (24) 2,152
Impostos a compensar (1.885) (26)
Despesas pagas antecipadamente (46) (100)
Outros créditos - 1.626
Fornecedores (855) (9.123)
Impostos a pagar (193) 235
Outras contas a pagar 1.244 (1.040)
Partes relacionadas 1.120 15,027
Caixa proveniente das atividades operacionais **26.788** **41.038**
Juros pagos (3.884) -
Imposto de renda e contribuição social pagos (1.368) (1.193)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais **21.536** **39.845**
Fluxo de caixa das atividades de investimento
Cauções e depósitos vinculados (11.215) (1.804)
Adições ao imobilizado (20) (21.754)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento **(11.235)** **(23.558)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento
Partes relacionadas (196,337) 21,209
Aumento de capital 197,030 -
Amortização do principal de empréstimos (4,766) -
Adiantamento para futuro aumento de capital - (37,199)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento **(6,323)** **(15,990)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa **3,928** **297**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 4,513 585
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 585 288
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. O Grupo EDP acompanha a evolução do tema sobre Reforma Tributária desde o início e permanecerá avaliando os impactos.

8. IMPACTOS DO AMBIENTE GEOPOLÍTICO E MACROECONÔMICO
Os conflitos geopolíticos continuam provocando mudanças significativas no cenário de risco global, bem como impacto econômico generalizado tanto nas regiões diretamente afetadas quanto globalmente onde as empresas se envolvem em atividades econômicas transfronteiriças. As entidades devem considerar cuidadosamente suas exposições diretas e indiretas a conflitos geopolíticos e fornecer as divulgações necessárias de maneira que seja apropriadamente adaptada às suas circunstâncias individuais. Além disso, altas taxas de inflação, assim como altas taxas de juros podem ser uma fonte significativa de incerteza de estimativa e podem ter um impacto material no valor contábil de

...continuação

Composição por vencimento das contas a receber em 31 de dezembro:

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer		
Até 60 dias	4.642	7.385
Mais de 60 dias	29	-
Total	4.671	7.385

O saldo de R\$ 29 em 31 de dezembro de 2024 a vencer há mais de 60 dias refere-se substancialmente à venda da geração de energia da fase de teste da usina, junto à Câmara de Comercialização de Energia - CCVE.

12. IMPOSTOS A COMPENSAR E A PAGAR

	31/12/2024	31/12/2023
Impostos a compensar		
Imposto de renda e contribuição social	1	-
IRRF sobre aplicações financeiras	1.894	12
ISS	1.596	1.594
ICMS	3	3
Total	3.491	1.607

Impostos a pagar

	31/12/2024	31/12/2023
ICMS	1.288	1.287
Imposto de renda e CSLL	3.194	547
PIS, COFINS e CSLL sobre serviços prestados por terceiros	3	3
PIS e COFINS	116	235
IRRF sobre aplicações financeiras	5	4
IRRF sobre serviços prestados por terceiros	4	5
ISS	5	9
Outros	5	9
Total	4.615	2.090

13. TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício e estão apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Não circulante			
Partes relacionadas			
Compartilhamento de atividade e alocação de gastos - Pessoal e Infraestrutura (a)	EDP Renováveis Brasil S.A.	335	-
Compartilhamento de atividades de alocação de gastos - Pessoal e Infraestrutura (a)	Monte Verde II	642	-
Total ativo		977	
Passivo			
Circulante			
Fornecedores			
Compartilhamento de atividade e alocação de gastos - Pessoal e Infraestrutura (a)	EDP Renováveis Brasil S.A.	(619)	(1.236)
Operação remota (c)	EDP Transmissora Goiás S.A.	-	(462)
Garantia financeira	EDP Serviços Financeiros	(112)	(112)
Compartilhamento de CAPEX - MV Solar (b)	Monte Verde IV	(12.439)	(12.439)
		(13.183)	(13.787)
JCP e Dividendos			
Dividendos a pagar		(4.833)	(4.770)
		(4.833)	(4.770)

Não circulante

Partes relacionadas			
Adiantamento para futuro aumento de capital	Monte Verde Holding S. A	(197.637)	-
Total Passivo		(216.194)	

Objeto do contrato	Contraparte	31/12/2024	31/12/2023
--------------------	-------------	------------	------------

Receta operacional bruta

Energia comercializada no mercado de curto prazo	EDP Comercializadora S.A.	140	38.788
--	---------------------------	-----	--------

Custos Gerenciais

Materiais e serviços	EDP Renováveis Brasil S.A.	(1.605)	(1.853)
Materiais e serviços	EDP Transmissora Goiás S.A.	(95)	-

Recitas financeiras

Recitas com derivativos	EDP Renováveis Brasil S.A.	-	2
-------------------------	----------------------------	---	---

Despesas financeiras

Despesas com garantias bancárias	EDP Serviços Financeiros	(674)	(59)
----------------------------------	--------------------------	-------	------

Total do resultado

a) Compartilhamento de atividades e alocação de gastos: A EDP Renováveis Brasil, controladora da Companhia, é responsável pelos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas, descritas no contrato de gestão de serviço, operação e manutenção, sobre esse saldo não incide juros remuneratórios. b) Compartilhamento de CAPEX - MV Solar: Em 24 de agosto de 2021 as empresas Centrais Elétricas Monte Verde I, II, III, IV, V e VI celebraram contrato de consórcio com o compromisso de dividir em partes iguais as estruturas comuns de linha e bay de conexão inerentes aos parques eólicos junto aos parques solares em desenvolvimento Monte Verde Solar II, III, IV, V e VII, que possuem sua estrutura na Holding EDP Renováveis. c) Operação remota: A Companhia celebrou contrato com a EDP Transmissora Goiás S.A referente ao monitoramento remoto do parque eólico, relacionadas as atividades: Assuntos energéticos, Assuntos de intervenções e área administrativa técnica da operação. O valor do serviço é corrigido anualmente pelo IPCA. 13.1. Relacionamento da Companhia com cada contraparte: A controladora direta da Companhia é a Monte Verde Holding S.A. A controladora indireta é a EDP Renováveis Brasil S.A. e a controladora final é a EDP - Energias de Portugal S.A. 13.2 Remuneração dos administradores: A Companhia optou por não realizar pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração através da Central Elétrica Monte Verde I S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A remuneração da Administração da Companhia é paga integralmente pela Controladora EDP Renováveis Brasil S.A. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferecem outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.			
--	--	--	--

14. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	31/12/2024	31/12/2023
Cauções e depósitos vinculados		
Circulante	2.312	-
Não circulante	10.709	1.806
Total	13.021	1.806

Como garantias ao contrato celebrado entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, foram estabelecidos a vinculação e cessão da Receita Vinculada e o penhor dos valores depositados na Conta Reserva em favor do BNDES e do Agente Financeiro em caráter irrevogável e irretroativo para o cumprimento das obrigações assumidas no contrato. Toda a arrecadação será depositada na Conta Vinculada. A Conta Reserva do Serviço da Dívida deverá manter até a data de vencimento da primeira prestação do serviço da dívida BNDES o valor necessário para perfazer o montante equivalente mínimo, que equivale a seis vezes o valor da próxima prestação do serviço da dívida do BNDES. Após a data de vencimento da primeira prestação do serviço da dívida do BNDES e até liquidação de todas as obrigações garantidas, deverá refletir o valor necessário para perfazer o montante equivalente a no mínimo, seis vezes o valor da última prestação do serviço da dívida do BNDES. A liberação dos depósitos vinculados está condicionada à liquidação da obrigação assumida do financiamento. O saldo disponível na Conta Reserva em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 13.021 (R\$ 1.806 em 31 de dezembro de 2023) foi aplicado em Certificados de Depósitos Bancários CDB DI e operações compromissadas com remuneração à taxa média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário CDI junto ao Banco Santander, visando manter a rentabilidade dos recursos da Companhia.

15. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Adiantamento a fornecedores	55	30
Total	55	30

16 Despesas antecipadas

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Despesas antecipadas	140	88
Total	140	88

Não circulante

Despesas antecipadas	5	12
Total	5	12

17. IMOBILIZADO

O saldo do imobilizado em curso refere-se principalmente a adiantamentos ao fornecedor para aquisição dos aerogeradores e estudos de engenharia civil para a construção do parque eólico. A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	31/12/2024			
	%	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Direito de uso arrendamentos	4,78%	3.584	(284)	3.300
Máquinas e equipamentos	3,38%	330.169	(20.945)	309.224
Total		333.753	(21.229)	312.524

	31/12/2023			
	%	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Direito de uso arrendamentos	3,40%	3.821	(126)	3.695
Máquinas e equipamentos	3,26%	330.353	(10.486)	319.867
Total		334.181	(10.612)	323.569

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2024
Valor líquido		
Ingressos	3.702	3.702
Depreciações	(158)	(111)
Desman- telamento	-	(244)
Transfe- rências	111	(111)
Reincisões	-	(244)
Valor líquido	3.300	3.300
Máquinas e Equipamentos	319.867	20 (10.459) (93) (111)
Total	323.569	20 (10.618) (93) - (355) 312.524

	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024
Valor líquido			
Ingressos	4.382	3.828	3.702
Depre- ciações	(126)	(126)	(126)
Desman- telamento	-	-	(111)
Transfe- rências	1.146	316.396	(111)
Reincisões	-	-	(316.396)
Valor líquido	3.194	3.702	3.194
Máquinas e Equipamentos	306.899	9.497	20 (10.459) (93) (111)
Total	311.281	26.136 (10.612) 1.146 - (4.382) 323.569	

A Companhia, através de um estudo realizado por empresa especializada, registra em seu imobilizado valor residual de R\$ 24.043, que se refere às sucatas dos equipamentos quando da desmobilização do parque eólico. A Companhia, por política do Grupo EDP - Energias de Portugal, realiza o teste de valor recuperável dos seus ativos para todos os períodos apresentados e não encontrou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução do valor recuperável dos seus ativos.

18. FORNECEDORES

O saldo dos fornecedores corresponde substancialmente à aquisição de materiais e máquinas e equipamentos para a construção do parque eólico.

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Partes relacionadas	13.183	13.787
Materiais e serviços	876	1.226
Total	14.059	14.913

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Composição do saldo de empréstimo, financiamento e encargos de dívidas

	Circulante		Não circulante	
	2024	2023	2024	2023
BNDES principal	11.601	347	205.912	15.672
Encargos de dívida	324	137	-	-
Custo de transação a apropriar	(4.409)	-	(1.034)	-
Total	11.925	484	201.503	14.638

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos

CENTRAL EÓLICA MONTE VERDE I S.A. | CNPJ nº 31.199.583/0001-55

As informações sobre o contrato vigente, incluindo prazos, modalidades, custos e garantias da Companhia, estão apresentadas a seguir:

		BNDES
Contrato		
Instituição financeira		RS 212.086
Valor contratado		30/12/2019
Data da contratação		RS 12.375
Valor liberado		28/06/2021
Data da 1ª liberação		30/04/2019 a 15/05/2003
Vencimento do contrato		IPCA + 4,19 a.a.
Custo da dívida		Principal e juros mensais
Forma de pagamento		Amortização mensal
Custo de transação		
Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas:		

	Circulante			Não circulante		
	Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Custos de transação
Saldo em 31/12/2023						
Transferências	16.020	(822)	15.198	12.375	822	(1.034)
Ingressos	-	-	-	199.720	-	(3.960)
Pagamentos de juros	-	(3.884)	(3.884)	-	-	-
Amortizações	-	-	-	-	-	315
Pagamento de principal	(4.766)	-	(4.766)	-	-	-
Juros provisionados	-	4.893	4.893	-	5.718	5.718
Saldo em 31/12/2024	11.601	325	11.925	196.075	9.837	(4.409)
Vencimentos do valor de principal e juros a longo prazo:						
Ano de vencimento						
2026						11.601
2027						11.601
2028						11.601
2029 a 2043						171.109
Total						205.912

20. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Provisão para arrendamentos	111	3.408	3.520	293	3.523	3.816
Adiantamento clientes concessionárias de energia elétrica		1.950	1.950		-	-
Total	2.061	3.408	5.470	293	3.523	3.816

A Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e alugueis conforme demonstrados abaixo:

	Saldo em 31/12/2023		Saldo em 31/12/2024	
	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Diminuições				
Pagamentos	(244)	(462)	(410)	(410)
Ajuste a valor presente	410	410	410	410
Saldo em 31/12/2024	3.816	3.816	3.816	3.816

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia. A taxa obtida foi de 13,84% a.a. para terrenos.

21. PROVISÕES PARA DESMANTELAMENTO

	31/12/2024	31/12/2023
Desmantelamento	1.321	1.264
Total	1.321	1.264

A movimentação do desmantelamento no exercício é a seguinte:

	Provisão	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 31/12/2023		
Ajuste a valor presente	150	150
Redução por revisão	(93)	(93)
Saldo em 31/12/2024	1.321	1.264

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Conseqüentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são constituídas devido à existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que o encontrou no momento inicial do arrendamento. Periodicamente a Companhia revisa suas premissas para a provisão de desmantelamento. Em dezembro de 2024, a Companhia finalizou a revisão, sendo que as provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras. Com a revisão, a Companhia registrou em seu balanço uma redução de R\$ 93. A provisão para desmantelamento do parque eólico Monte Verde I está registrada em contrapartida ao imobilizado (Nota explicativa nº 17). O prazo previsto para realização desta provisão é o término do contrato de arrendamento do Parque Eólico. O cálculo de valor da provisão para desmantelamento dos parques eólicos foi efetuado com base na estimativa desses custos por entidades externas idôneas, experientes nesse tipo de atividade, projetado até ao fim da vida útil do parque